

PORTUGAL, A EUROPA E O BLOCO DEPOIS DAS ELEIÇÕES EUROPEIAS

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL - 1/6/2014



Após as eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda consolidou o seu programa europeu através de um debate programático aprofundado e alargado a muitos independentes, que culminou na conferência nacional de fevereiro. O Bloco foi à luta com uma orientação forte, um programa claro e alternativo ao centrão, uma candidatura consensual no partido e uma abertura que se refletiu na qualidade da lista e dos seus apoiantes públicos. O Bloco de Esquerda realizou uma dinâmica campanha eleitoral em que esteve unido e totalmente empenhado.

O Bloco teve um mau resultado eleitoral. Conseguiu eleger Marisa Matias mas ficou longe da eleição do segundo eurodeputado e não só não conseguiu inverter as perdas eleitorais das últimas legislativas e autárquicas como ficou aquém desses resultados. Esta constatação impõe uma reflexão profunda sobre a situação política, o caminho percorrido até aqui e as opções a fazer para o Bloco.

CRISE DO SISTEMA POLÍTICO E DO CENTRÃO

As eleições europeias de 25 de Maio sinalizam uma acentuação da crise do sistema político na Europa, patente na perda de generalizada de peso eleitoral dos partidos tradicionais e de governo (socialistas e conservadores) e no crescimento da extrema-direita e de formas de populismo reacionário e xenófobo, sendo de assinalar os casos da Inglaterra, da França, bem como da Dinamarca, Suécia, Áustria e República Checa. No entanto, do lado das forças anti austeridade, houve importantes conquistas, como na Grécia (vitória do Syriza), na Irlanda (20% para o Sinn Féin) e no Estado Espanhol (com a IU e o novo partido Podemos a reunirem 18% dos votos).

O segundo fator de crise do sistema político é a persistência de elevadas taxas de abstenção, que se agravam com o desespero social neste ciclo de crise económica. A baixíssima participação dos europeus nestas eleições agrava a crise de representatividade democrática da União Europeia.

Em Portugal, a abstenção atingiu nestas europeias a taxa recorde de 66% (mais 3% que em 2009, menos 280 mil eleitores). Em Bragança, Faro, Vila Real e Açores, a abstenção excedeu os 70%. O máximo histórico tinha acontecido nas europeias de há duas décadas (64,6%).

A emigração, que cresceu nos últimos anos a níveis

só vistos nas décadas de 60/70 do século passado, teve certamente papel importante no aumento dos não votantes. Contudo, o fenómeno obtém explicação principal no descrédito que amplos setores populares têm vindo a acumular em relação à política em geral. Este afastamento dos cidadãos das eleições costuma ter maior expressão nas europeias, mas não deixa de marcar uma tendência crescente nomeadamente em legislativas e autárquicas, podendo conferir-lhe um carácter estrutural. A abstenção inclui hoje um protesto pelas políticas austeritárias e anti-sociais.

Em Portugal, os partidos do governo sofrem uma derrota humilhante, que condena a política de austeridade e só não faz cair Passos e Portas porque a inação da Presidência da República o impede. Os votos perdidos pelo centro não se traduzem numa deslocação significativa à esquerda. Se é certo que os partidos do governo perdem 400 mil votos relativamente a 2009, o PS estagna, conquistando apenas mais um eurodeputado que a aliança da direita.

O PCP obteve 416 mil votos (mais 35 mil que em 2009) mas não foi a única referência polarizadora do descontentamento. Esta polarização ocorre também em torno da personalidade de António Marinho e Pinto (MPT, mais 200 mil votos que em 2009).

Apesar de não ter conseguido eleger Rui Tavares, o partido Livre alcança uma votação importante (70 mil) a partir de uma crítica indiferenciada aos “aparelhos partidários” e da promessa de uma nova forma de fazer política com os cidadãos, associado à predisposição para um acordo com o PS.

OS RESULTADOS DO BLOCO DE ESQUERDA

A Mesa Nacional saúda os militantes que fizeram do Bloco uma força presente em todo o território, num combate político que permitiu manter a representação da nossa corrente política no parlamento europeu. A Mesa Nacional saúda ainda todos os candidatos da lista do Bloco, aderentes ou independentes, em particular Marisa Matias e João Lavinha, pelo seu desempenho notável como primeiros candidatos.

O Bloco de Esquerda foi penalizado pelo desgaste acumulado de duas derrotas eleitorais sucessivas

(2011 e 2013), que alimentaram uma continuada narrativa em torno do inevitável declínio do Bloco. Contribuíram ainda para este resultado a exploração pública de divergências e críticas internas e, também, a abusiva responsabilização do Bloco pela falta de um processo de real convergência à esquerda, em torno do qual se criaram expectativas que, sem base política, acabaram por não se concretizar. Esse facto repercutiu-se sobre o Bloco de modo particular.

Por outro lado, o Bloco deixou há muito de desfrutar do efeito de novidade e tem a sua imagem demasiado marcada pelas instituições em que travamos parte da nossa luta, como os parlamentos e as autarquias, e que são hoje objeto de desconfiança por parte de muitas das vítimas das políticas ali decididas. Sem uma base social, militante e eleitoral suficientemente enraizada, o Bloco enfrenta dificuldades maiores perante a pulverização da esquerda e as formas de populismo que marcam este contexto. Os debates da conferência de organização de fevereiro passado incidiram sobre esta realidade e procuraram iniciar uma resposta.

O Bloco de Esquerda vai prosseguir o debate em torno quer das causas quer das consequências dos últimos resultados eleitorais e, também, da evolução do seu projecto e espaço político. Até ao fim de Junho, os núcleos, concelhias e distritais reunirão os aderentes para realizar esta reflexão. Para esse debate, o Bloco considera indispensável que esta reflexão inclua simpatizantes e apoiantes. O objetivo é retomar o espírito fundacional do Bloco, agregador e intransigente, que vá além dos limites partidários e envolva os ativistas e os movimentos sociais, indispensáveis ao diálogo para a construção de uma alternativa alargada.

A UNIÃO EUROPEIA DEPOIS DE MAIO

Os resultados eleitorais na Europa demonstraram ainda a amplitude da percepção de que a resposta da União Europeia à crise dos últimos anos agravou a exclusão dos cidadãos, promoveu a desigualdade, reforçou o Diretório de uma única potência, consolidou o peso determinante do sistema financeiro e de economias submetidas ao rentismo, incentivando assim a busca de soluções nacionais perante a agressividade da Comissão Europeia e do BCE.

A recusa categórica de qualquer processo de mutualização das dívidas soberanas, consagrado no acordo entre a direita e o SPD no governo na Alemanha, bem como o fracasso de qualquer modificação do Tratado Orçamental - o compromisso eleitoral de Hollande, logo esquecido -, demons-

tram que a política da União continuará a agravar a destruição das economias dos países periféricos e a impor, em nome do euro, uma crise social sempre aprofundada. Por outro lado, a Europa não tem meios para resistir a uma nova crise financeira com as instituições atuais. A austeridade conduz à deflação e ao risco de depressão prolongada, impede uma resposta económica pelo emprego e pelo crescimento e condena os serviços públicos essenciais.

Assim, os vinte anos de austeridade que a União Europeia, o presidente e o governo anunciam para Portugal só são compatíveis com formas autoritárias de poder e com o fechamento do regime em governos de bloco central que prossigam este curso de destruição. O colaboracionismo é a forma de gerir Portugal.

MOBILIZAR PARA ACENTUAR O DESGASTE DO GOVERNO

As próximas semanas estão marcadas pelo regresso da contestação, com manifestações sindicais convocadas para Porto e Lisboa (14 e 21 de Junho, respetivamente). O desgaste político da maioria deve ser aprofundado na mobilização, sobretudo considerando os recentes ataques à contratação coletiva e as medidas de agravamento da austeridade que o governo prepara como resposta aos chumbos do Tribunal Constitucional sobre medidas do Orçamento do Estado para 2014. O governo dá sinais de pretender ignorar o conteúdo concreto dos acórdãos do TC, não cumprindo de imediato a reposição dos níveis salariais da função pública, nem devolvendo os subsídios cortados.

REDUZIR O NÚMERO DE DEPUTADOS É EMPOBRECER A DEMOCRACIA

No momento em que a insatisfação perante o fechamento do sistema político, o Partido Socialista intervém pela redução da proporcionalidade e da representação plural que constitui a democracia, regressando às propostas de redução do número de deputados e de introdução de círculos uninominais. A resposta à crise da representação do sistema político com propostas regressivas e bipartidistas é um retrato da política do PS, propostas onde aliás se encontram Seguro e Costa, empenhadamente.

CONVENÇÃO NACIONAL EM NOVEMBRO

A Mesa Nacional decide convocar a próxima convenção nacional para os dias 22 e 23 de Novembro, em Lisboa. Essa IX Convenção avaliará o trabalho desenvolvido nestes dois anos e definirá a orientação política e elegerá os órgãos nacionais do Bloco de Esquerda para o período seguinte.